Eu Também Sou Amigo da América!

MARIA DO CARMO GREGÓRIO[1]

> América, Eu também sou teu amigo/ Há na minha'alma de poeta/ Um grande amor por ti!
> Corre em mim,/ O sangue negro/ Que ajudou na tua construção, /Que te deu uma música,
> Intensa como a liberdade!/
> Eu te amo, América,/ Porque de ti, também/ Virá a Vitória Universal,/ Onde o trabalhador
> Terá recompensa de labor/ Na igualdade de vida!
> Eu te amo, América,/ E lutarei por ti, / Como o amante pela amada! O teu inimigo/ É meu adversário (Trindade, 2008:73).

O objeto desta pesquisa é a trajetória da Sociedade dos Amigos da América que foi fundada em dezembro de 1942, no Rio de Janeiro, pelo General Manuel Rabelo, então Ministro do Superior Tribunal Militar. A instituição criou núcleos em vários estados brasileiros e participou do debate nacional sobre a inserção do Brasil na Segunda Guerra Mundial e foi fechada em 1944, devido divergências entre seu fundador e o General Eurico Gaspar Dutra Ministro de Guerra do Estado Novo do governo de Getúlio Vargas.

A poesia acima mobiliza um sentimento de esperança depositado na *América* que se contrapõe ao medo e a fragilidade fomentados pelo contexto social vivido: o cenário internacional da Segunda Guerra Mundial. Nos limites deste texto, acredito não ser possível detalhar as representações construídas entorno da Sociedade dos Amigos da América e da presença norte-americana coordenando uma aliança entre os países americanos no combate aos regimes totalitários europeus. Uma ampliação da pesquisa, porém, permitirá explorar o papel atribuído a instituição pelos diferentes grupos e correntes políticas que nela buscaram abrigo, nos estados do Rio de janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Amazonas, Bahia e Ceará. A poesia também exalta a *liberdade,* ressaltando um enfrentamento político que o combate ao Nazismo e ao Fascismo suscitaram na sociedade brasileira no período: a incoerência na manutenção do regime autoritário do Estado Novo de Getúlio Vargas. Na sociedade imaginada pelo poeta, haveria espaço e *igualdade* de vida para grupos e classes sociais pouco ouvidas e contempladas até então.

---

[1] Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, graduada em história pela Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Duque de Caxias. Professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Flama e Professora de História na Rede Municipal de Belford Roxo e na rede Estadual do Rio de Janeiro. Possui experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil.

Segundo Renato Lemos (LEMOS, 2004) os EUA promoveram Conferências Pan-Americana, para discutir a defesa continental, ao mesmo tempo em que tentaram conquistar, junto aos países americanos, uma posição privilegiada de comprador de materiais estratégicos. Uma estrutura organizacional foi montada em 1940 para utilizar veículos culturais e científicos no sentido de ampliar e aprofundar a presença político-ideológica norte-americana na América Latina.

Nesse artigo, apresentaremos resultados preliminares da pesquisa em curso que busca analisar as motivações da criação da Sociedade dos Amigos da América e delinear a sua breve trajetória. Esse propósito nos remete ao General Manuel Rabelo e ao papel atribuído ao exército e aos seus militares na política brasileira do período.

O fortalecimento das forças armadas, em especial do Exército, foi uma característica do período compreendido entre 1930 e 1945. Ele se deu em número de efetivos e no reequipamento e em posições de prestígio. O Exército assumiu o centro do poder. É um equivoco, porém pensar que nessas décadas ele era uma força coesa. Segundo José Murilo de Carvalho (Carvalho, 2005: 6 -101). O Exército que emergiu da revolução de 1930 era uma organização fragmentada. A divisão interna era agravada pelo conflito externo entre os militares e as lideranças civis, em especial dos grandes estados vencidos pelos militares. Um projeto político hegemônico de um dos setores do Exército só ganhou espaço em 1937. O projeto incluía mudanças na estrutura interna da organização militar, nas relações da organização com o Estado e a sociedade e na sociedade em geral.

Em relação às divisões ideológicas, presentes no interior do Exército o autor destaca duas grandes clivagens que percorriam a organização: uma horizontal, separando praças de oficiais, era uma divisão estrutural que caracteriza uma organização militar, podendo ser atenuada por uma legislação menos rígida e discriminatória; outra vertical, separando os interventores reformistas dos neutralistas. Essa de caráter ideológico permeava em especial os oficiais. Correspondia a modelos distintos de relação entre o Exército e a política. O primeiro modelo destacado pelo autor era dos oficiais contrários a intervenção militar na política, que seguiam orientação da Missão Militar Francesa e do profissionalismo alemão. A defesa externa para esse grupo era a função do Exército. A única política para o Exército seria a *preparação para a guerra*. Outra corrente ideológica é destacada como o intervencionismo reformista, classificado

pelo autor como híbrida, tendo se desenvolvido em países de transformação burguesa retardada. Segundo o autor, o General Manuel Rabelo ideologicamente pertenceria ao intervencionismo reformista. No Brasil ela foi atribuída à influência positivista, cujos resíduos ainda persistem na década de 1930 em alguns oficiais. O tenentismo para o autor herdou dos positivistas o intervencionismo e o reformismo, mas dele se afastando pela característica militarista de sua ação. Os positivistas eram civilistas enquanto tenentes pregavam o predomínio militar na política e a necessidade de fortalecimento das forças armadas. Outra corrente, sob influência do Partido Comunista, tendia para o modelo de exército popular, no estilo do que se formou na Revolução Soviética e da Revolução Chinesa. As circunstâncias políticas tornavam utópicas as posições neutralistas e as defensoras do exército popular. Surgindo uma alternativa de concepção das relações entre o Exército com a política, classificada como intervencionismo controlador. Concretizada através da aliança entre os profissionalizantes com os intervencionistas, aceitando os primeiros a intervenção, e concordando os segundos em mudar os métodos e o conteúdo da intervenção.

José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1999), caracteriza a relação do então presidente da República e os militares entre os anos de 1930 e 1945 como um ponto de partida da nacionalização da política brasileira. Segundo o autor a nacionalização teria três dimensões: a criação de atores nacionais, de uma agenda nacional e de um centro nacional decisório forte. O autor ainda divide esta relação em três momentos distintos. Dois destes momentos teriam se concretizado durante o governo de Getúlio Vargas. O primeiro momento que compreende os anos de 1930 – 1937. Nesse período ocorreu a construção de dois atores políticos centrais, o próprio Getulio Vargas e os militares, onde o presidente era o pólo dominante. Para reconstruir as forças militares de maneira a transformá-las no ator político que precisava, junto com seus aliados, se utilizou de várias táticas dentre elas a do expurgo. O primeiro expurgo ocorreu em 1932, após a revolta paulista; o segundo ocorreu em 1935 com a revolta comunista e o terceiro em 1938 com a revolta integralista. Para o autor o casamento entre Vargas e as forças militares ocorreu em 1937 quando foi implantado o Estado Novo, com total apoio do exército controlado pelos generais Góis Monteiro e Gaspar Dutra. O segundo momento a partir de 1942, outro ator social seria inserido por Vargas no cenário nacional, o trabalhismo. O movimento operário institucionalizado no Partido Trabalhista

Brasileiro. Para o autor a inserção deste novo ator social resultou no divórcio entre Vargas e as forças armadas. O viés anticomunista dos militares brasileiros, alimentado desde 1935, viu no trabalhismo um "filo-comunismo" que culminou com a deposição de Vargas em 1945, pelos mesmos militares que ofereceram sustentação para o Estado Novo em 1937: Góis Monteiro e Gaspar Dutra.

Na conjuntura Internacional com o avanço das tropas aliadas na Segunda Guerra Mundial, o clima antifascista propagava-se pelo Ocidente e as idéias liberais e democráticas voltavam a receber credibilidade política. Os Estados Unidos desejavam garantir o apoio dos países latino-americanos caso o conflito se generalizasse. Um tratado de solidariedade mútua foi assinado em 1940. Se uma nação do continente americano fosse atacada as outras deveriam reagir. Com o Brasil foi negociada a instalação de bases pró-aliados na região do nordeste brasileiro em troca de empréstimos para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional e de equipamentos para as forças armadas brasileiras.

Com a ofensiva japonesa a Pear Harbor, base norte americana no Hawai, a aliança do Brasil com os Estados Unidos se consolidou. O Brasil rompeu relações democráticas com os países do Eixo. A reação ocorreu quando navios brasileiros foram atacados por submarinos alemães e italianos em 1942. Nesse período ocorreu uma grande mobilização popular exigindo reação por parte do governo brasileiro. Em 22 de agosto de 1942, Getúlio Vargas decretou estado de guerra contra as nações do Eixo.

O contato das forças armadas brasileiras com as tropas aliadas fomentou a idéia de liberação do regime. Muitos militares aderiram a posições liberais, porém, desejavam uma transição democrática dentro de um processo gradativo para a instalação do novo regime. A conjuntura internacional de guerra aliada a uma reorientação política interna levou a debates abertos sobre a configuração do novo sistema político. Militares, políticos, intelectuais, estudantes, trabalhadores, populares, diferentes setores da sociedade desenvolveram debates acirrados que pretendiam delinear a democracia que seria implantada no Brasil.

Nos dossiês da Polícia Política DOPS[2], encontramos entre os anos de 1942 e 1943 uma relação amistosa e de parceria entre os investigadores do DOPS e a Sociedade dos Amigos da América através do personagem General Manuel Rabelo, Ministro do Superior Tribunal Militar. A documentação contém dossiês com relatórios das atividades desenvolvidas pela Sociedade dos Amigos da América, os discursos proferidos pelo General Manuel Rabelo; relatórios dos discursos proferidos pelos seus membros em atividades e cerimônias realizadas; relatórios sobre a instalação do diretório do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul; além da composição da diretoria nos diretórios do Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A lista dos candidatos ao quadro social da instituição era enviada ao DOPS que realizava a censura aos que possuíam antecedentes por envolvimento político junto ao integralismo, ao comunismo ou por terem participado de atividades consideradas subversivas. Ocorre sintonia entre o discurso do General Manuel Rabelo e as conclusões dos investigadores do DOPS.

Podemos associar a plena aceitação da Sociedade dos Amigos da América à conjuntura internacional de avanço das tropas aliadas na segunda Guerra Mundial, ao clima anti-fascista que se propagava no Ocidente e a credibilidade de que gozavam as idéias liberais e democráticas. O contato das forças armadas brasileiras com as tropas aliadas trouxe um novo fator para o regime político vigente internamente: a idéia de liberação do regime. Muitos militares aderiram a posições liberais e desejavam uma transição democrática dentro de um processo gradativo para instalação do novo regime. A conjuntura internacional de guerra aliada a uma reorientação política interna levou a debates sobre a configuração de um novo regime político no Brasil.

A presença de diferentes correntes políticas no seio da Sociedade dos Amigos da América pode delinear um papel que lhe foi atribuído no decorrer de sua constituição e de sua curta trajetória: a Sociedade dos Amigos da América passou a representar um espaço de diálogo entre setores militares e civis para delinear uma via de

[2] O Estado Novo foi o período caracterizado pelo regime autoritário estabelecido no Brasil em 10 de novembro de 1937, estendendo-se até 29 de novembro de 1945, marcado pela perda e restrição dos direitos de organização social e de expressão do pensamento divergente daquele esboçado pelo poder instituído. Neste contexto, o DOPS possuía a função do controle da cultura e da circulação de idéias consideradas "revolucionárias". A polícia política assumiu um importante papel no combate à possibilidade de que um projeto socialista acontecesse no Brasil, eliminando os canais possíveis de contestação, que tiraria de circulação os "elementos" e as idéias consideradas "perigosas

redemocratização para o País. O discurso do General Manuel Rabelo era nacionalista e patriótico, reforçava a necessidade da "união nacional" e com os países americanos, contra o imperialismo dos países do Eixo e contra o nazi-fascismo. O General se sentia responsável pelos destinos do país e possuía plena consciência do papel que seus pronunciamentos desempenhavam, em um momento que outros atores sociais estavam silenciados pela ditadura do Estado Novo. Rabelo afirmava não ter um discurso elaborado por não ser político, sua identidade era de um soldado, em defesa da nação.

Em 1943, o então Ministro do Superior Tribunal Militar General Manuel Rabelo concedeu uma entrevista à revista *Seiva*[3], em Salvador, onde fez críticas diretas à política de guerra de Getúlio Vargas, conduzida pelo então Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra. Nessa entrevista O General Rabelo convocou a sociedade civil a colaborar pela reversão dessa política através da desmitificação do anticomunismo e do incentivo ao Estado brasileiro na participação da "segunda frente". Indiretamente a entrevista denunciaria inclinações pró-facistas de militares que integravam o Estado Novo. A entrevista gerou um grande mal estar entre o General Manuel Rabelo e o General Eurico Gaspar Dutra. A Sociedade dos Amigos da América[4] passou a ser cerceada em suas atividades pela repressão política, culminando com o seu fechamento em 1944.

Sociedade dos Amigos da América surgiu em 1942, para fomentar um diálogo amplo na sociedade brasileira, visando esclarecer a população sobre a conjuntura de guerra e oferecer argumentos para a construção de um sentimento anti-fascista, visando a resistência diante do que o General Manuel Rabelo apresentava como possibilidade: uma invasão alemã ao Brasil como ocorreu na França. O General temia que a Quinta coluna e os Integralistas dessem um golpe de Estado com o apoio de setores políticos e

[3] Criada em 1938, em Salvador, por jovens intelectuais engajados, a *Seiva* constituiu-se num importante espaço de divulgação das formulações políticas do Partido Comunista do Brasil (PCB) em meio ao Estado Novo, à Guerra e à ameaça fascista. In. SENA JUNIOR, Carlos Zacarias Figuerôa de. Os impasses da estratégia; os comunistas e o dilema da União Nacional na revolução Impossível. 1936-1948. Tese de doutorado. UFP. Recife. 2007.

[4] Em diferentes obras que trabalham com o processo de redemocratização do Brasil, a Sociedade dos Amigos da América, como instituição e espaço de mobilização da sociedade civil e o seu protagonista General Manuel Rabelo com a entrevista concedida a revista *Seiva* são citados, associados a uma segunda publicação do ano de 1943, o Manifesto dos Mineiros. In. SENA JUNIOR, Carlos Zacarias Figuerôa de. Os impasses da estratégia; os comunistas e o dilema da União Nacional na revolução Impossível. 1936-1948. Tese de doutorado. UFP. Recife. 2007.

militares identificados com o fascismo. Segundo o General, o interesse pelo Brasil advinha da imensa riqueza natural, da vastíssima extensão dos seus domínios e das dificuldades de preservação, além de estar entre as nações mais visadas para que a Alemanha atendesse o seu interesse de expansão do "espaço vital". Ainda segundo o mesmo, os planos da Alemanha em relação ao Brasil foram retardados devido aos acontecimentos no norte da África. O General Rabelo ainda denuncia a presença de espiões do Eixo atuando no Brasil como agentes comerciais, sacerdotes católicos e pastores protestantes. A Sociedade dos Amigos da América cumpriria a missão de alertar o povo brasileiro e levantar-lhe o espírito combativo, para que não se repetisse aqui o que ocorreu na França, ou seja, fazer dos brasileiros colaboradores forçados da "hedionda" política Nazista.

Acreditamos ser um erro afirmar que a Sociedade dos Amigos da América, como instituição e espaço de mobilização da sociedade civil e militar, surgiu numa perspectiva de rompimento com Getúlio Vargas e com o objetivo de realizar o processo de redemocratização do Brasil. Em 1942, data de sua fundação ela estava em diálogo com as instituições de governo, com uma relação de colaboração e parceria com a polícia política. Possuía autorização oficial e legal para funcionar, porém, a partir de 1944, diante dos temores do General Manuel Rabelo de um golpe da Quinta Coluna e de uma possível relação de colaboração entre setores das forças armadas com o governo alemão, abalaram a sua relação com militares alinhados com Dutra.

No discurso dos investigadores da Polícia Política, encontramos um temor ao culto que estava se configurando em torno do General Manuel Rabelo como referência de um processo de redemocratização do País. Segundo os investigadores a personalidade do General era exaltada, relegando a segundo plano a figura e a obra nacionalista do presidente Getúlio Vargas, do Estado Novo e das forças armadas brasileiras. A defesa de liberdade de atuação dos comunistas considerados aliados na luta antifascista foram elementos manipulados na mobilização nacional. A aliança com os comunistas levou os investigadores do DOPS à conclusão do alinhamento da Sociedade dos Amigos da América com o Partido Comunista Brasileiro, e ao seu fechamento em 1944. Na concepção do General Manuel Rabelo, a investigação da polícia política ao associar a instituição ao comunismo e a uma continuidade da

"Intentona Comunista" de 1935 e de estar a serviço da Aliança Nacional Libertadora objetivou desqualificá-la diante do debate implementado nacionalmente.

Bibliografia

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Prontuário, 1944.

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930.* Volume V. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2002.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. "*Estado Novo: Novas Histórias*". In: FREITAS, Marcos Cezar (org*). Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 2ªed.. São Paulo: Contexto, 1998.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)***.** São Paulo: Brasileiro, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. F*orças Armadas e Política no Brasil*.. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CARVALHO,J.M. de. "*Vargas e os militares*", In PANDOLFI, D.(org). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

LAMARÃO, Sérgio. *O Brasil na Segunda Guerra Mundial.* In. SILVA, Raul Mendes da.(org). Getúlio Vargas e seu tempo. Rio de Janeiro: BNDS.

LEMOS, Renato. *Política Externa.* In. SILVA, Raul Mendes da.(org). Getúlio Vargas e seu tempo. Rio de Janeiro: BNDS, 2004.

McCANN, Frank D. *A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército brasileiro.* Tradução: Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982. Zahar, 1982.

PANDOFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SILVA, Raul Mendes da.(org). *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: BNDS, 2004.

TRINDADE, Solano. *O poeta do Povo*. São Paulo: Ediouro, 2008.